

Cumpra-se a Lei

20 JUL 1998

A auditoria que o Ministério da Saúde começa a fazer nos hospitais que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) é providência que deveria ter sido adotada desde que a União descentralizou a gerência dos recursos, logo depois da promulgação da Constituição de 1988. O SUS, criado para dar mais eficiência à execução do Orçamento na área de saúde, acabou se tornando caixa para cobrir os buracos nas finanças dos municípios mal administrados, e fundo para financiar o clientelismo político. Antes tarde do que nunca.

Administrados historicamente pelo clientelismo e campo fértil para o nepotismo, a maioria dos municípios entupiu suas folhas de pagamento de apadrinhados políticos e parentes. Hoje, a maioria das administrações municipais gasta de 80% a 100% da arrecadação com pagamento de pessoal. Como servidor público é indemissível, milhares de empregos vitalícios foram se acumulando até inviabilizar as finanças de quase todas as prefeituras. Com isso, boa parte delas passou a desviar recursos do SUS, obrigatoriamente vinculados aos hospitais públicos e conveniados, para fechar a folha de pessoal. Isso sem contar com o roubo, propriamente dito, e com a malversação do dinheiro público.

A bem da verdade, o Brasil não gasta pouco com saúde. Gasta mal. Quando o desvio de verbas não é para socorrer a folha salarial ou para o ralo da prevaricação, vai para outras obras, às vezes bem intencionadas e com frequência necessárias, que não são cobertas pelo orçamento. Mas uma coisa não justifica a outra. Dinheiro do SUS, pela

lei, é para o SUS. E transgredir a lei é ilícito.

O argumento para a aprovação do SUS na Constituinte era que o cidadão não mora na União, nem nos estados, mora no município. E por isso os recursos da saúde deveriam ser geridos pelas prefeituras. Não é justo, portanto, que o dinheiro repassado pela União para prevenir a saúde dos cidadãos seja consumido por folhas de pagamento ou para cobrir a ineficiência administrativa. Pior ainda, que em ano eleitoral seja desviado para obras eleitoreiras.

A auditoria promovida pelo ministério começou por Juiz de Fora. Mal começou, o prefeito já acusa o ministro da Saúde de perseguição política. Os auditores suspeitam que parte dos recursos repassados pelo SUS tenha coberto despesas com pessoal. Melhor seria o prefeito provar que cumpriu a lei do que atribuir a fiscalização ao ano eleitoral. Afinal, é responsabilidade do ministro fiscalizar o uso do dinheiro que administra. E do prefeito, cumprir a lei.

Como a prática é geral, por certo o Ministério da Saúde vai encontrar ainda muita irregularidade. O Brasil tem quase seis mil municípios e quatro mil deles administram diretamente as verbas repassadas. É por isso que soa estranho o argumento recorrente de que falta dinheiro para a saúde. Com tanta gente a lotar o quadro funcional das prefeituras, não é de estranhar que falte verba para a saúde. Como também falta para a educação e para combater a fome. São os males do Estado paternalista.